

A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO E SEU LUGAR NOS ARQUIVOS MUNICIPAIS: O ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE

Suellen Alves de Melo

Aluna do curso de Arquivologia da Universidade Federal de
Minas Gerais

E-mail: alvesdemelo.s@gmail.com

Ivana Denise Parrella

Docente do curso de Arquivologia da Universidade Federal de
Minas Gerais

E-mail: ivanaparrella@ufmg.br

Resumo: Este trabalho apresenta um estudo de caso sobre o *lugar* que a fotografia — enquanto documento arquivístico — ocupa nos Arquivos municipais. O cenário da pesquisa é o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Abordam-se o percurso das fotografias produzidas pela administração pública de Belo Horizonte, o quantitativo dos registros fotográficos custodiados pela instituição arquivística em questão e as possibilidades e desafios advindos da custódia destes. O estudo aponta que até 2015 o Arquivo possuía 828.031 fotografias, a maior parte composta por registros digitais. Pontua-se que todas as fotografias do Poder Executivo da administração de Belo Horizonte possuem guarda permanente. Nesse sentido, questiona-se se o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte não estaria atribuindo um valor extremo às fotografias e, por outro lado, se possui recursos humanos, materiais e financeiros para preservar e promover o acesso às fotografias digitais. O trabalho constatou que o Arquivo consegue assegurar que as fotografias por ele custodiadas sejam consideradas documentos arquivísticos, visto que são compreendidas no âmbito de seu conjunto documental, a partir de seu contexto de produção (órgão produtor e atividade).

Palavras-chave: Fotografia. Documento Arquivístico. Arquivos Municipais. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.



1 INTRODUÇÃO

No Brasil, após a promulgação da Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que estabeleceu a política nacional de arquivos públicos e privados (BRASIL, 1991), diversos entes federativos passaram a legislar sobre a criação de políticas arquivísticas e de instituições públicas arquivísticas. O âmbito municipal, o foco deste trabalho, será representado a partir de um estudo de caso do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH).

Logo após a publicação da referida lei, em 20 de maio de 1991, a capital mineira aprovou a criação do APCBH e sancionou a lei que disserta sobre sua política municipal de arquivos (Leis n. 5.899 e n. 5.900). Entretanto, desde 1989 já havia um cenário de discussões acerca da preservação da memória da cidade (PARRELA, 2004).

Em 1990, no âmbito do seminário “Bases para a Implantação de um Arquivo Moderno: o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte”, diversos temas foram abordados, por exemplo: “Arquivo e legislação”, “Formação do profissional de arquivo”, “Gestão de documentos” e “Novos documentos de arquivo” (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, 1991).

Com a Lei n. 5.899 de 1991 definiu como responsabilidades do APCBH a implementação da política municipal de arquivos, a gestão documental no município, o recolhimento de documentos de guarda permanente do Poder Executivo, incluindo-se a preservação e acesso.

Atualmente, o APCBH é responsável ainda pela guarda de documentos permanentes da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), executando assim, o tratamento arquivístico dos fundos provenientes do Executivo e Legislativo. Além disso, o Arquivo também possui a custódia de documentos privados de interesse público, como o acervo do pesquisador Nelson Coelho de Senna. Desde sua produção documental até o recolhimento à guarda permanente no APCBH, os documentos percorrem fases distintas. Antes de indicá-las, torna-se necessário apresentar um

conceito fundamental da arquivística: trata-se do documento arquivístico, visto que sua natureza é diferente, por exemplo, do documento biblioteconômico ou museológico. São considerados documentos arquivísticos aqueles produzidos e recebidos por pessoa, física ou jurídica, no decorrer do exercício de suas funções, independentemente de seu suporte e formato (RONDINELLI, 2013). Assim, além dos tradicionais documentos textuais, outros podem ser considerados arquivísticos, citando-se: filmes, fotografias, peças gráficas, mapas e registros sonoros.

Rousseau e Couture (1998) explicam que os documentos arquivísticos passam por três fases durante seu ciclo de vida. Primeira, fase corrente, em que os documentos são produzidos e, geralmente, têm alto potencial de uso, possuindo valores primários para seus produtores, que podem ser valor administrativo, legal ou fiscal (SCHELLENBERG, 2006). Segunda, fase intermediária, em que os documentos passam a ser menos utilizados, mas, por questões administrativas ou legais, por exemplo, não podem ser eliminados ou recolhidos aos depósitos de arquivos permanentes. Terceira, fase permanente, em que os documentos considerados permanentes são recolhidos às instituições arquivísticas, passando a ser consultados por indivíduos interessados em seus valores secundários, tais como informativo e probatório (SCHELLENBERG, 2006).

O período em que os documentos permanecem em cada uma dessas fases, os valores que possuem e se devem ser eliminados ou recolhidos é definido com base na avaliação. A avaliação é uma das bases da elaboração da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTDD), instrumento que apresenta a esquematização dos prazos dos documentos nas fases corrente e intermediária, bem como a destinação final: eliminação ou recolhimento (SCHELLENBERG, 2006).

Os documentos arquivísticos do Poder Executivo da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) que possuem guarda permanente estabelecida pela Tabela de Temporalidade e

Destinação de Documentos de Arquivo da Administração Direta da Prefeitura de Belo Horizonte, após cumprirem os prazos de guarda estabelecidos nas fases corrente e intermediária, são recolhidos ao APCBH.

Dessa forma, o acervo desta instituição é composto por fundos e coleções que abrangem documentos anteriores à inauguração da cidade planejada para ser a capital republicana do estado – Cidade de Minas – depois denominada Belo Horizonte, de 1894 até os dias atuais. Além de documentos textuais, o APCBH possui a custódia de mapas, registros sonoros, filmes, projetos arquitetônicos, cartazes, fotografias, dentre outros.

Nem sempre alguns dos documentos citados acima foram considerados arquivísticos, por exemplo, registros sonoros, filmes e fotografias. De acordo com Lacerda (2008), esses documentos foram denominados por diversos autores da arquivística como “especiais”, pois apresentam características diferentes dos documentos textuais e necessitam de cuidados diferenciados em relação à sua preservação.

A origem do termo “documentos especiais”, aplicado tanto às fotografias, quanto aos documentos fílmicos e sonoros, nasce da mistura, de um lado, da dificuldade em contextualizar esses registros de natureza tão peculiar, se comparados aos documentos textuais nos arquivos e, de outro, da facilidade da substituição do tratamento arquivístico pelo tratamento de conservação, dada a fragilidade de seu suporte, se comparado, mais uma vez, à estabilidade do papel (LACERDA, 2008, p. 81).

Os documentos fotográficos, por exemplo, foram relegados durante muito tempo à custódia de museus e bibliotecas (LACERDA, 2008). A fotografia é uma técnica de produção de imagem a partir da ação da luz (ARQUIVO NACIONAL, 2005), cuja história remonta ao início do século XIX. Aos poucos, esse registro deixou de ser empregado apenas por um reduzido número de pessoas e passou a ser utilizado pelos órgãos públicos, como

instrumento de controle, assim como pelas famílias, para o registro de ritos de passagem, como aniversários, casamentos e batizados (MALVERDES; LOPES, 2017). Assim, gradualmente, ao ser empregada como registro de evidência e prova, a fotografia adentrou os Arquivos (LACERDA, 2008) e hoje, segundo Vieira (2014), é considerada o documento em linguagem visual mais encontrado nessas instituições.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho consiste em discorrer acerca do *lugar* (CERTEAU, 2006) que os registros fotográficos ocupam no APCBH, a partir da apresentação de seu ciclo de vida, do tratamento dado a eles e da indicação do quantitativo de fotografias sob a guarda do Arquivo, com base no fluxo de recolhimentos. Além disso, indicam-se as possibilidades e os desafios advindos da custódia destes registros.

2 O CICLO DE VIDA DAS FOTOGRAFIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE BELO HORIZONTE

Os registros fotográficos desempenham papel de destaque no APCBH, visto que todas as fotografias produzidas pelos órgãos do Poder Executivo da administração pública de Belo Horizonte são consideradas de guarda permanente. Tal fato ocorre desde a elaboração da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo da Administração Direta da Prefeitura de Belo Horizonte até os dias de hoje (Decreto n.º 9.223 de 1997; FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC, 2016a).

Embora a Assessoria de Comunicação Social do Município (ASCOM) seja responsável legalmente pela cobertura fotográfica dos eventos promovidos pela administração pública, com a presença de autoridades e serviço de cerimonial do Gabinete do Prefeito, diversos órgãos da PBH produzem fotografias no exercício de suas atividades (FMC, 2016a). No período de 2014 a 2016¹, por exemplo, o APCBH recolheu fotografias da Empresa

¹ Estes dados foram colhidos por uma das autoras deste trabalho durante estágio acadêmico realizado no APCBH no período de agosto de 2014 a março

Municipal de Turismo de Belo Horizonte (BELOTUR), da Fundação Municipal de Cultura, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e de acervos privados doados à instituição. As fotografias produzidas pela administração municipal não possuem fase intermediária. Dessa forma, finalizada a fase corrente, elas são recolhidas ao APCBH.

Em relação ao tratamento destinado às fotografias, após serem recolhidas ao Arquivo, elas são higienizadas, identificadas, ordenadas e alocadas nos respectivos fundos ou coleções, bem como armazenadas em depósitos com controle de temperatura e umidade - no que diz respeito às fotografias digitais, as mídias que armazenam esses registros também são alocadas em tais depósitos. O acesso é realizado na Sala de Consultas da instituição, por meio de instrumentos de pesquisa como, por exemplo, guia, inventários, catálogos e listas de recuperação de documentos permanentes não arranjados. Além disso, é possível acessar estes registros via internet, por meio do banco de dados² da instituição. Todavia, nem todas as fotografias estão disponíveis neste portal. Em relação a este último ponto, apesar de não ser o foco deste trabalho, acredita-se que um dos problemas recorrentes nas instituições arquivísticas é não esclarecer aos usuários que os documentos disponibilizados *online* são parte do acervo por ela custodiado e não a totalidade de registros.

3 QUANTITATIVO DE REGISTROS FOTOGRÁFICOS SOB A GUARDA DO APCBH

Esta pesquisa analisou o último Guia do Acervo do APCBH, instrumento de pesquisa publicado em 2016, que abarca as informações gerais do Arquivo (histórico, projetos, publicações e formas de consulta, dentre outros), bem como dos fundos, coleções e doações custodiados por ele, em busca de indicar o quantitativo de registros fotográficos sob a sua guarda. A

de 2016.

² Disponível no website: <http://www.acervoarquivopublico.pbh.gov.br/>

publicação revela que a instituição possuía, até aquele momento (final de 2015), 63 fundos públicos e 1 fundo privado, além de 21 coleções e diversas doações (APCBH, 2016).

É importante ressaltar que optou-se por analisar apenas os fundos custodiados pela instituição, visto que o foco é nas fotografias enquanto documentos arquivísticos. Apesar de haver discussões sobre se a fotografia digital pode ser considerada fotografia ou não, decidiu-se assim considerá-la, pois, embora o processo de produção desse registro tenha sido alterado ao longo dos anos, sua essência pouco se modificou; ou seja, a técnica ainda é utilizada para registrar uma imagem no tempo.

Dentre os 64 fundos, foram encontrados registros fotográficos em 21 fundos, sendo 20 públicos e 1 privado. Ressalta-se que pode haver fotografias em demais fundos, visto que o Guia de acervos analisado (2016) não apresenta a relação quantitativa das fotografias digitais de todos os fundos custodiados pelo APCBH. Em alguns casos, sendo mencionada apenas a quantidade de CD-ROMs e disquetes, que serviram como mídia de transporte das imagens e que não deveriam ser o suporte de preservação das fotografias digitais, sem indicação de seus conteúdos, por exemplo. Apenas na relação da dimensão do fundo da CMBH é indicada a quantidade de fotografias digitais.

O Quadro 1 indica os fundos e a quantidade de registros fotográficos (fotografias reveladas — FR, negativos — N, *slides* — S e fotografias digitais — FD) encontrada em cada um deles.

Quadro 1 - Registros fotográficos custodiados pelo APCBH até 2015

Fundo	FR	N	S	FD	Total
Assessoria de Comunicação Social do Município	30.723	226.512	40		257.275
Beneficência da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte	130		26		156
Câmara Municipal de Belo Horizonte	6.178	62.461		403.920	472.559
Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte	14				14
Empresa de Informática e	24				24

Informação do Município de Belo Horizonte S/A					
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte	78				78
Empresa Municipal de Turismo do Município de Belo Horizonte S/A	21.080	15.335	6.247		42.662
Fundação Municipal de Cultura	24.511	4.309	395		29.215
Gabinete do Prefeito	102				102
Nelson Coelho de Senna	287				287
Secretaria de Administração Regional Municipal Centro-Sul			12		12
Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social	1.027	48			1.075
Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento e Gestão	10.176	133	227		10.536
Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana	11.160				11.160
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos	224	21	64		309
Secretaria Municipal de Educação	41		150		191
Secretaria Municipal de Governo	121		1		122
Secretaria Municipal de Indústria e Comércio	16	37			53
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	11				11
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação			40		40
Superintendência de Desenvolvimento da Capital		2.150			2.150
Total	105.903	311.006	7.202	403.920	828.031

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

A análise realizada apurou 828.031 fotografias no acervo custodiado pelo APCBH, número provavelmente maior em comparação à quantidade total de fotografias sob a guarda do Arquivo, já que a maioria dos fundos não apresentou a relação de

fotografias digitais. O Guia analisado apresenta as informações dos recolhimentos realizados até final de 2015. Assim, é possível que o Arquivo tenha recebido documentos fotográficos após esse período. Os três fundos que possuem mais fotografias são, em ordem decrescente: Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte, Fundo Assessoria de Comunicação Social do Município e Fundo Empresa Municipal de Turismo do Município de Belo Horizonte. A maior quantidade de registros fotográficos é de fotografias digitais, seguida de negativos, fotografias reveladas e *slides*.

Esse resultado pode ser justificado pela facilidade de produção de fotografias digitais, o que implica no planejamento que a instituição deve ter em relação, principalmente, ao armazenamento e à identificação de tais documentos.

A quantidade de registros fotográficos encontrados nos dois fundos que possuem mais fotografias após o fundo da CMBH, a saber, Fundo ASCOM e Fundo BELOTUR, está diretamente relacionada às finalidades destes órgãos. Enquanto a ASCOM, dentre outras competências, é a responsável pela cobertura fotográfica da administração municipal, a BELOTUR organiza diversos eventos em Belo Horizonte, como Carnaval, Festa Junina e eventos esportivos. Dessa forma, é de se esperar que esses fundos possuam alta quantidade de fotografias.

A partir dos resultados encontrados, pode-se afirmar que os consulentes possuem muitas possibilidades de uso dos registros fotográficos em suas pesquisas, na medida em que tais documentos estão presentes em diversos fundos e são frutos, provavelmente, de diferentes atividades desempenhadas na administração pública de Belo Horizonte. Rocha e Sousa (2016) corroboram essa afirmativa quando destacam que as fotografias estão entre os documentos mais procurados pelos consulentes na Sala de Consultas do APCBH.

Para ilustrar a riqueza dos documentos fotográficos sob a guarda do APCBH, seguem algumas fotografias pertencentes ao Fundo Assessoria de Comunicação Social do Município.

É possível visualizar parte da Avenida Afonso Pena, em 1965 na fotografia digitalizada, apresentada na imagem 1.

Imagem 1 - Avenida Afonso Pena com Rua Espírito Santo, Centro de Belo Horizonte, 1965.



Fonte: Fundo ASCOM/APCBH

A segunda imagem, mostra o descaso com os documentos da administração pública na Divisão de Comunicação e Arquivo, em 1966.

Imagem 2 - Divisão de Comunicação e Arquivo - DCA, ligada ao Departamento de Administração da PBH, 1966.



Fonte: Fundo ASCOM/APCBH

A terceira imagem, por sua vez, registra o I Forró de Belô, na Praça da Estação, Avenida dos Andradas, em 1979.

Imagem 3- Primeiro Forró de Belô na Praça Rui Barbosa (Praça da Estação). Pessoas em palco caracterizadas para quadrilha, 1979



Fonte: Fundo ASCOM/APCBH

4 POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Os arquivos públicos municipais são as instituições mais próximas dos cidadãos em relação à história das cidades e, portanto, de seus habitantes, pois custodiam os documentos que fundamentam as narrativas dessa história e comprovam direitos. Nesse sentido, tais instituições arquivísticas precisam estabelecer laços com a sociedade, para que os indivíduos possam usufruir dos recursos que os Arquivos disponibilizam e melhor fundamentar a construção das memórias individuais e coletivas.

É notório que a fotografia atrai os olhares e instiga a imaginação das pessoas. Por isso, esse registro pode ser utilizado pelos Arquivos para aproximar a sociedade de tais instituições. Pode também ser empregada com esse objetivo, por exemplo, na prática da educação patrimonial e em exposições. Entretanto, é

preciso ter cuidado ao utilizar o registro fotográfico com essa finalidade. As instituições arquivísticas não devem empregar as fotografias isoladas de seu conjunto documental, visto que os documentos arquivísticos são compreendidos a partir das relações que estabelecem com os outros documentos de seu conjunto. Além disso, o conteúdo visual não deve ser valorizado em detrimento do contexto de produção documental, visto que, por meio da proveniência, o conteúdo visual é mais bem compreendido (LACERDA, 2008). Nessa perspectiva, o acervo fotográfico custodiado pelo APCBH pode ser utilizado para atrair os cidadãos belo-horizontinos à instituição.

Em relação aos desafios encontrados na custódia dos documentos fotográficos, assume-se que parte deles está relacionada à gestão documental (FMC, 2016a). Belo Horizonte foi inaugurada em 1897, em 1991 foi estabelecida sua política de arquivos e criado o APCBH e em 1997 foi publicada a primeira versão de sua tabela de temporalidade e destinação de documentos (TTDD), uma das ferramentas da política de gestão de documentos do APCBH.

À época da publicação da primeira versão de sua tabela de temporalidade e destinação de documentos, o APCBH dotou-se de grande mérito no cenário arquivístico nacional, pois foi a primeira tabela de temporalidade municipal a contemplar as atividades-meio e atividades-fim da administração pública das capitais. Entretanto, além de ser recente, pode-se considerar que a TTDD não é empregada a contento em toda a administração pública municipal de Belo Horizonte, recebendo diversas críticas por não ter sido feita em consonância com a elaboração de um plano de classificação (ARREGUY, 2016).

Diversas fotografias recolhidas ao APCBH não possuem informações básicas de identificação, por exemplo, nome das pessoas fotografadas, data e local dos registros. Isso prejudica a busca dos pesquisadores às fotografias. Nessa perspectiva, para sanar esse problema, desde 2003, o APCBH desenvolve o projeto “Cestas da Memória”, o qual, com ajuda de voluntários,

principalmente ex-servidores da PBH, proporciona a identificação e descrição de tais fotografias. Destaca-se que os voluntários do projeto são, em sua maioria, idosos.

A partir do “Cestas da Memória”, o Arquivo consegue aliar as possibilidades e os desafios proporcionados pela custódia de documentos fotográficos mencionados, já que o projeto torna o acesso às fotografias mais qualificado, uma vez que os voluntários contribuem com a identificação, ao mesmo tempo em que traz para o interior do Arquivo os idosos, segmento da sociedade que dificilmente frequentaria uma instituição arquivística.

O levantamento quantitativo das fotografias custodiadas pelo APCBH apresentado no tópico anterior revelou que grande parte das fotografias é digital. Nesse sentido, o Arquivo também tem se mobilizado para que esses registros sejam recolhidos a contento, possibilitando um acesso qualificado a eles. Em 2016, por exemplo, o APCBH publicou uma instrução normativa que estabelece critérios para o recolhimento desse tipo de documento, sobretudo em relação à organização das pastas nas mídias digitais e à inserção de metadados, elementos importantes para a compreensão da produção desses registros (FMC, Instrução Normativa n. 005, 2016b). O armazenamento das fotografias digitais, por sua vez, é realizado em um servidor localizado na Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte (PRODABEL), sociedade de economia mista responsável pela gestão da informática pública da capital mineira (Lei n. 2.273, 1974).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, pretendeu-se apontar o ciclo de vida dos documentos fotográficos produzidos no âmbito da administração pública de Belo Horizonte. Apurou-se que as fotografias são produzidas por diversos órgãos da PBH e que todas elas possuem guarda permanente. Com respaldo nas análises desenvolvidas,

acredita-se que o tratamento dado às fotografias pelo APCBH as assegura como documentos arquivísticos, visto que elas são classificadas (quadro de arranjo do APCBH) e descritas (instrumentos de pesquisa) em função da aplicação do princípio da proveniência. Assim, são compreendidas a partir das relações orgânicas estabelecidas com os outros documentos de seus conjuntos documentais.

Entretanto, esse empenho muitas vezes não é encontrado nos produtores dos registros fotográficos. Em trabalhos realizados na instituição, por exemplo, percebeu-se que alguns órgãos enviam as fotografias a suas bibliotecas, que nesses espaços esses registros são compreendidos isoladamente (como coleções), que as informações do conteúdo visual são supervalorizadas em detrimento do contexto de sua produção (órgão produtor e atividade) e que essas transferências também colaboram, em diversas situações, para a perda de informações. Dessa forma, acredita-se que o empenho do Arquivo para compreender as fotografias dentro de seu conjunto documental se torna demasiadamente importante para a garantia do valor de prova desses registros.

Acredita-se que o fato de todas as fotografias possuírem guarda permanente deveria ser revisto, já que, atualmente, a produção de fotografias digitais é grande e as fotografias têm sido descartadas quando de seu tratamento no Arquivo Permanente, seja por repetições excessivas, seja por questões de ordem técnica da produção da imagem, como a falta de foco. Assim, guardar permanentemente todas as fotografias demanda recursos financeiros, materiais e humanos, os quais talvez não estejam ao alcance do Arquivo. A preservação digital requer mídias digitais, armazenamento adequado, constante migração de formatos e suportes, dentre outros cuidados. Além disso, será que o APCBH, assim como a administração municipal de Belo Horizonte, não está atribuindo um valor excessivo às fotografias? A resposta desse questionamento demanda investimento em mais pesquisas, o que se pretende realizar futuramente.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Guia do acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura; Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2016. (Série “O Arquivo e a Cidade”).

ARREGUY, Cintia A. C. **Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: a função avaliação no contexto de políticas públicas arquivísticas municipais no Brasil**. 2016. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

BELO HORIZONTE. **Decreto n. 9.223, de 20 de maio de 1997**. Estabelece os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo da Prefeitura de Belo Horizonte. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/decreto/9223/1997>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

BELO HORIZONTE. **Lei n. 2.273, de 10 de janeiro de 1974**. Autoriza o Poder Executivo a constituir e organizar uma sociedade sob a denominação de Processamento de Dados do Município de Belo Horizonte S/A – PRODABEL – e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/>>. Acesso em: 11 set. 2017.

BELO HORIZONTE. Lei n. 5.899, de 20 de maio de 1991.

Dispõe sobre a política municipal de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em:

<<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/5899/1991>>. Acesso em: 01 maio 2017.

BELO HORIZONTE. Lei n. 5.900, de 20 de maio de 1991.

Dispõe sobre a criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e dá outras providências. Disponível em:

<<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/5900/1991>>. Acesso em: 01 maio 2017.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 01 mai. 2017.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2006. 345 p.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. Entre lembranças e fotografias: a experiência do projeto Cestas da Memória. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura; Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, v. 2, 2016a. (Série “O Arquivo e a Cidade”).

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. Instrução normativa n. 005/2016. Dispõe sobre a seleção, recolhimento e arquivamento de fotografias digitais produzidas e recebidas pela Administração Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte. 2016b. Disponível em:

<<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1170854>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

LACERDA, Aline L. **A fotografia nos arquivos: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil.** 2008. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MALVERDES, André; LOPEZ, André P. A. A fotografia e seus tentáculos: interpretações possíveis no universo dos arquivos. **InCID**, Ribeirão Preto, v. 8, n.º 1, p. 24-45, mar./ago. 2017.

PARRELA, Ivana D. Arquivo, gestão de documentos e preservação da memória da cidade. In: BELO HORIZONTE. **Anuário estatístico de Belo Horizonte 2003.** Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Modernização Administrativa e Informação, Gerência de Informações Técnicas, 2004.

ROCHA, Eliane C. F.; SOUSA, Marilene S. Perfil do usuário do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. **RACin**, João Pessoa, v. 4, n. especial, p. 461-478, out. 2016.

RONDINELLI, Rosely C. **O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística.** Lisboa: Dom Quixote, 1998, p. 111-126.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 179-226.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (Belo Horizonte). Programação/índice. In: Seminário Bases para a Implantação de um Arquivo Moderno: o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. 1990, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

VIEIRA, Thiago O. **Os documentos especiais à luz da Arquivologia contemporânea: uma análise a partir das instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro.** 2014. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

THE PHOTOGRAPH AS AN ARCHIVISTIC DOCUMENT AND ITS PLACE IN MUNICIPAL ARCHIVES: THE PUBLIC ARCHIVE OF THE CITY OF BELO HORIZONTE

Abstract: This work presents a case study about the place that the photograph as an archival document occupies in the municipal archives, being, therefore, represented the scenario of the Public Archive of the City of Belo Horizonte. Thus, the course of the photographs produced by the public administration of Belo Horizonte is indicated, as well as the quantity of photographic records kept by the archival institution in question and the possibilities and challenges arising from their custody. The study points out that by 2015, the Archive had 828.031 photographs and that most of this number is composed of digital records. In addition, it is pointed out that all the photographs of the executive branch of the Belo Horizonte administration have permanent custody, in this sense it is questioned whether the Public Archive of the City of Belo Horizonte would not be relegating extreme value to the photographs and, nevertheless, The institution has the human, material and financial resources to preserve and promote access to digital photographs. In spite of this, the work points out that the Archive manages to ensure that the photographs it preserves are considered archival documents, since they are understood within its documentary set, from its production context (producing organ and activity).

Keywords: Photography. Archival document. Municipal archives. Public Archive of the City of Belo Horizonte.

Originalis recebidos em: 19/07/2017

Aceito para publicação em: 17/09/2017

Publicado em: 20/10/2017